

## **Implementação transitória do modelo integrado de avaliação externa das aprendizagens no ensino básico**

### **P A R E C E R**

1. A nota informativa n.º 1/2016 de 17/3 emanada da tutela da educação dava conta da prévia aprovação, em sede de conselho de ministros, do entretanto publicado **Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril**, que procede à terceira alteração ao **Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho**, que estabelece as linhas orientadoras da organização, gestão de currículos e avaliação dos ensinos básicos e secundário;
2. A discussão produzida na reunião de ontem, que envolveu os órgãos sociais da APAVEB e os membros representantes dos pais e EE's no Conselho Geral que não integram os ditos órgãos, foi dividida em duas partes distintas, analisadas e votadas em separado;
3. A primeira, ao encontro da disposição transitória definida no **n.º 2 do art.º 5.º do citado Decreto-Lei n.º 17/2016**, referente à implementação das provas de aferição já no decurso do presente ano letivo de 2015/2016, para os 2.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade, foi amplamente REJEITADA pelos pais presentes;
4. A impreparação dos alunos em causa, alguns – os mais novos – considerados particularmente imaturos para serem envolvidos numa avaliação externa de peso nacional, ainda que de carácter formativo, sem um acompanhamento adequado e progressivo não traduz, a nosso ver, a clarificação dos propósitos da avaliação nem contribui para uma intervenção atempada nas aprendizagens dos alunos;
5. Aliás, a forma confusa como o processo tem vindo a ser desenvolvido pela tutela, com avanços e recuos na forma e no *timing* de implementação do modelo, denotam tudo menos clarificação e intervenção atempada;

6. Somos igualmente em crer que o facto de ter sido concedida às Escolas e Agrupamentos a 'liberdade' em aplicar ou não, transitoriamente, o modelo em causa, revela igualmente o reconhecimento de que, com efeito, as alterações só devem efetivamente produzir efeito a partir do próximo ano letivo, no qual já não haverá dúvidas por dissipar nem questões pendentes por resolver;

7. Relativamente à segunda abordagem feita, centrada na disposição transitória referida no n.º 4 do mesmo artigo, foi também deliberado por maioria propor ao Conselho Pedagógico do Agrupamento a NÃO REALIZAÇÃO das provas de 4.º e 6.º ano, contempladas no n.º 3, ainda que no intuito único de aferir e avaliar formalmente as competências adquiridas no final de ciclo;

8. Aqui a argumentação empregue é ligeiramente diferente, pois se deixa de haver a elaboração de uma prova de âmbito nacional que permita estabelecer um critério de avaliação comparativo e global, esvai-se o princípio subjacente à utilização desta ferramenta como forma de *potenciar melhorias ao nível da própria avaliação interna*, tal como referido no preâmbulo do decreto supra mencionado;

9. A APAVEB não obsta, contudo, a que o Conselho Pedagógico possa promover, já a partir do próximo ano letivo, a realização de provas de carácter global a disciplinas tidas por nucleares, em anos escolares correspondentes a fins de ciclo ou até mesmo nos sucessivos anos escolares que complementam o currículo dos 2.º e 3.º ciclos;

10. Todavia, essa possibilidade deve ser devidamente planificada, ajustada e regimentada até no próprio regulamento interno, e não atirada num sobressalto, provocado por alterações sistemáticas que apenas servirão para baralhar a comunidade educativa e, conseqüentemente, gerar desequilíbrios e tensões desnecessárias;

11. Em resumo, se já parece contraproducente alterar as regras de qualquer jogo a meio, no que à política educativa concerne essa alteração sentir-se-á, seguramente, de forma mais acentuada, o que justifica sobremaneira a posição assumida pela APAVEB, patenteada no presente documento;

Borba, 12 de abril de 2016

A Direção da APAVEB